

Universitário pagará curso prestando serviço

A mais recente cartada do ministro Carlos Chiarelli certamente irá gerar polêmicas. Um dos pontos principais das mudanças previstas no anteprojeto de autonomia universitária, anunciado na semana passada, obriga o aluno a prestar serviços à comunidade em troca do ensino recebido, após o término do curso. O aluno que não concordar em prestar os serviços, terá que indenizar a universidade.

As mudanças prevêm ainda um exame de habilitação profissional antes que os recém-formados sejam colocados no mercado. O número de aprovação no exame de habilitação é que irá determinar o percentual do orçamento a ser distribuído a cada universidade pelo Congresso Nacional. Segundo Chiarelli, o anteprojeto propõe também que o orçamento global das universidades terá correção monetária, com um acréscimo de aproximadamente cinco por cento para 1992.

Com a autonomia universitária, cada escola superior de ensino

no poderá escolher a melhor forma para realizar exames vestibulares, podendo inclusive adotar outros critérios para o ingresso do aluno no curso pretendido, como por exemplo, através de análise de currículos.

Esta semana, o ministro iniciou a apresentação do documento-base da nova estrutura do ensino superior à sociedade civil, que apresentará propostas que servirão de subsídios a um projeto de lei para o sistema universitário. Dentre outros organismos, participarão do debate o Conselho Federal de Educação, Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, Associação Nacional das Universidades Particulares, União Nacional de Dirigentes Municipais de Ensino, Associação Nacional de Dirigentes de Fundações de Ensino Superior e parlamentares.

Encerrada a fase de discussões, quando serão analisados aspectos como regime jurídico, autonomia acadêmica, financeira, administrativa, avaliação de desempenho e habilitação para o

exercício profissional, caberá ao MEC, no prazo máximo de 15 dias, definir a proposta do Executivo nesse campo. Até 30 de junho próximo, o projeto de lei deverá ser encaminhado ao Congresso Nacional.

Livros —O ano letivo começou, mas os alunos das escolas públicas, que esperavam assistir às aulas acompanhados dos seus livros didáticos distribuídos pela Fundação de Assistência ao Estudante (FAE) terão que permanecer na expectativa das novas leituras até que o material esteja disponível, já que houve atraso na entrega. Ao todo serão distribuídos cerca de 66,5 milhões de unidades a 28 milhões de estudantes de 1ª a 8ª séries, custando ao Governo Cr\$ 20 bilhões.

O presidente da FAE, Adolpho Shuller, salienta que quando assumiu o órgão, em março do ano passado, havia cerca de sete milhões de livros estocados por falta de verba para o transporte. Muitos livros que deveriam ser entregues no início de 1990, só foram distribuídos durante o se-

gundo semestre. As regiões mais prejudicadas com o atraso são as do interior do País, onde o transporte é de difícil acesso. Além dos livros didáticos para alunos de 1ª a 8ª séries, a FAE distribuiu ainda exemplares de literatura infanto-juvenil que integram o programa "Salas de Leitura". O programa visa atender aos alunos de escolas periféricas.

Com relação à merenda escolar, que também é distribuída pela FAE, haverá um implemento no programa, já que o ano letivo foi estendido de 180 para 200 dias. A medida implicará no acréscimo de 20 dias úteis a mais de merenda escolar. Isso significa que a FAE gastará cerca de cem milhões de dólares (Cr\$ 2,5 bilhões) a mais atendendo cerca de 30 milhões de estudantes, compreendendo crianças do Pré-escolar aos 14 anos e adultos que frequentam cursos supletivos. Somente no 1º semestre de 1991, serão aplicados mais de Cr\$ 16 bilhões no programa e até o final do governo Cr\$ 188,6 bilhões.